

Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção
Globalization, innovative milieu and territorial systems of production
Globalización, medio innovador y sistemas territoriales de producción

Denis Maillat
Université de Neuchâtel

Contato: messagerie.irer@unine.ch

Resumo: A globalização colocou em evidência a importância dos territórios. Neste artigo, mostramos a existência de vários tipos de sistemas territoriais de produção e que suas capacidades de adaptação não são idênticas. Estas são de fato acionadas por lógicas diversas. Os sistemas territoriais de produção animados por um meio inovador parecem ser mais aptos a introduzir processos endógenos de desenvolvimento e de se adaptar à competitividade global.

Palavras-chave: sistema de produção; inovação; meio inovador.

Abstract: Globalization has underlined the importance of territories. In this article, the existence of various types of territorial systems of production is shown and that their ability to adapt is not identical. These are in fact activated by diverse logical processes. Territorial systems of production stimulated by innovative means seem to be more apt to introduce endogenous processes of development and to adapt to global competition.

Key words: production system; innovation; innovative milieu.

Resumen: La globalización puso en evidencia la importancia de los territorios. En este artículo, enseñamos la existencia de varios tipos de sistemas territoriales de producción y que sus capacidades de adaptación no son idênticas. Estas son realmente accionadas por lógicas diversas. Los sistemas territoriales de producción animados por un medio innovador parecen ser más aptos a introducir procesos endógenos de desarrollo y de adaptarse a la competitividad global.

Palabras claves: sistema de producción; innovación; medio innovador.

Globalização e territorialização

De modo geral, as análises do fenômeno da globalização levam a dois tipos opostos de conclusões. Para alguns autores, a globalização da atividade econômica compromete a autonomia e identidade das regiões e das nações (Castells, 1993; Harvey, 1989; O'Brien, 1992; Ohmae, 1996; Reich, 1991). Para outros autores, ao contrário, o fenômeno da globalização faz emergir o quadro local e o valoriza, pois é na escala local que as formas de organização produtiva ancoradas no território e inseridas na escala global são colocadas no lugar. Nessa perspectiva, o local subentende o global através de um processo de territorialização (Perrin, 1983; Scott, 1986; Gilly, 1987; Crevoisier et Maillat, 1989; Colletis et al., 1990). Assim, os exemplos das ditas regiões "ganadoras" atestam a importância dos fenômenos de territorialização como elementos determinantes da competitividade dos sistemas territoriais de produção (Benko et Lipietz, 1992).

No quadro da globalização, os sistemas territoriais de produção devem fazer frente a uma dupla problemática. De um lado, a desregulação dos intercâmbios, levada a efeito no quadro dos acordos da OMC e da integração regional torna menos eficazes e efetivas as proteções nacionais cujos sistemas territoriais de produção tenham sido beneficiados até o presente momento. A intensidade

crescente das trocas originárias dessa abertura leva os sistemas de produção a se reposicionarem, tanto no mercado nacional, que infelizmente não é mais protegido, como sobre o mercado internacional, agora mais aberto. De outro lado, a organização espacial das atividades econômicas modifica-se. Para certos analistas, caminhamos em direção a uma economia de arquipélago, para outros, assistimos ao desenvolvimento de um mosaico de sistemas territoriais de produções especializadas.

O modelo de economia de arquipélago partiu do modelo tradicional de centro-periferia (Veltz, 1996; Rallet, 2000). Esquemáticamente, observa-se o desenvolvimento de uma rede global composta de grandes centros urbanos que, além de constituir em importantes lugares de vida política, financeira e cultural, tendem a reagrupar um certo número de funções terciárias associadas aos processos de produção (finanças, desenho, serviços jurídicos etc). Esse fenômeno de reagrupamento espacial de atividades de serviços às empresas não deixa de trazer conseqüências para os sistemas territoriais de produção que perdem, por essa razão, uma parte de sua autonomia. Pensa-se notadamente em colocar sob tutela os setores financeiros locais. Nesse contexto "o não desenvolvimento de uma zona não é mais atribuído à sua inscrição na órbita de um pólo, mas à sua desconexão da economia de arquipélago" (Rallet, 2000, p. 40).

O modelo do mosaico de sistemas territoriais de produção está associado ao desenvolvimento do pós-fordismo e àquele das tecnologias de informação, que engendram uma organização produtiva mais flexível. Fala-se voluntariamente de um novo paradigma tecnológico pós-fordista, segundo o qual o sistema produtivo global tende a se estruturar como um “mosaico de sistemas locais flexíveis, especializados e auto-regulados, mantendo entre eles relações de troca no seio de redes complexas” (OCDE, 1993, p. 22) (Storper, 1992; Piore et Sabel, 1984). Neste modelo, as unidades de produção reagrupam em um mesmo lugar vários segmentos de funções de produção (concepção, desenvolvimento, manutenção, por exemplo). Elas dispõem da autonomia necessária à organização e à gestão de suas relações com as outras unidades de seu meio ambiente territorial. Esse último é, portanto, utilizado como um componente sobre o qual a empresa atua, notadamente, para desenvolver relações mercantis e não mercantis com outras empresas ou outros atores econômicos. Nesse modelo, a localização das atividades não é mais fundada sobre a simples utilização de recursos locais pré-existentes, mas sobre a inserção do estabelecimento no seu meio ambiente de implantação, para aí estabelecer relações de colaboração e contribuir assim para o seu enriquecimento e desenvolvimento em recursos específicos (Maillat, 1998). Assim, paralelamente ao desenvolvimento da rede global e da abertura dos mercados, surge uma nova repartição espacial dos sistemas territoriais de produção. Concretamente isso significa que “cada região rivaliza-se com todas as outras no plano dos custos, da gama de produtos e de sua qualidade” (OCDE, 1995, p. 10).

Por outro lado, não se pode negligenciar o fato de certas regiões tornarem-se muito mais atrativas que outras, em razão da importância crescente que tomam as novas tecnologias de informação e de comunicação. Com efeito, a presença de infra-estruturas de telecomunicação tende a constituir uma vantagem específica para os territórios particularmente bem equipados. Pode-se mesmo defender a idéia de que “existe uma concorrência informal potencial entre os territórios e as redes” (Thepaut e Le Goff, 2000, p. 5). Essa tendência poderia ir se acentuando na medida em que o

equipamento em infra-estruturas de telecomunicações fosse logo saindo da alçada dos poderes públicos (privatização obrigatória). Corre-se o risco então, de ver as diferenças aprofundarem-se entre as regiões que concentrarão as infra-estruturas de ponta e as que serão pior equipadas.

Enfim, o processo de globalização caracteriza-se pelo desenvolvimento de redes mundiais de grandes empresas que se distinguem pela importância dos investimentos diretos e transações que elas efetuam em escala mundial, assim como pela prática crescente de acordos de cooperação, notadamente no domínio da pesquisa e do desenvolvimento (OCDE, 1995). Nesse sentido, a organização produtiva depende cada vez mais de regras próprias dos grupos. Os efeitos desse fenômeno para as economias locais acabam sendo contrastantes. Ao mesmo tempo em que essa evolução pode significar chance para algumas dessas economias locais se posicionarem num mercado mais vasto e melhorar sua competitividade, pode também transformar-se em ameaça para as outras que forem excluídas do campo de interesse dos grupos (Kiyonari, 1995).

Em definitivo, qualquer que seja o modelo de referência que se adote, ele deve resultar em regiões perdedoras, excluídas e que ficam submissas ao modelo centro-periferia, e regiões ganhadoras, que formam os elementos ativos do sistema econômico e participam da nova recomposição territorial. É, pois, importante caracterizar os sistemas territoriais de produção afim de determinar suas capacidades de adaptação.

Tipologia de sistemas territoriais de produção

Pode-se caracterizar as formas de organização dos sistemas territoriais de produção baseando-se sobre duas lógicas principais: a lógica funcional e a lógica territorial. As empresas que atuam segundo a lógica funcional são organizadas de maneira hierárquica, vertical (as decisões originam-se da direção central). Elas repartem geograficamente suas diferentes funções (concepção, produção, venda etc...) de maneira a diminuir os custos de produção (custo de mão-de-obra, custo de transportes, nível de fiscalização, subvenções acordadas, etc.). O território de

implantação não é para elas senão um suporte, um lugar de passagem: elas não se inserem nele. O território desempenha apenas um papel passivo. Ao contrário, a lógica territorial implica um elo forte entre as empresas e o território de implantação. A lógica territorial tem por objetivo a territorialização da empresa, ou seja, sua inserção no sistema territorial de produção. Nesse caso, as empresas são organizadas em rede (cluster), de modo horizontal, com o meio orquestrando o sistema (Maillat, 1998). Elas mantêm relações de cooperação/concorrência, gerando sinergias e complementaridades necessárias ao seu funcionamento. O território desempenha um papel ativo, as empresas são enraizadas e contribuem para o seu enriquecimento.

Podemos com ajuda das características dessas duas lógicas opostas, identificar tipos de sistemas territoriais de produção. Na ocorrência, para estabelecer nossa tipologia, temos nos servido de dois critérios (figura 1). O primeiro apóia-se no grau de integração da cadeia de valor agregado: relaciona-se à empresa situada na região e ao grau de integração das diversas atividades que contribuem para a produção de um bem (Porter, 1993). Essas atividades podem ser integradas totalmente ou parcialmente numa empresa, ou serem repartidas entre várias empresas que também estejam estabelecidas na região. Esse critério permite verificar uma diferença entre os sistemas territoriais de produção caracterizados pela presença de grandes empresas que concentram diversas atividades produtivas (pesquisa, desenvolvimento, produção, venda) de sistemas compostos de empresas isoladas ou de sucursais de grandes empresas. O segundo critério inclui a intensidade de relações de troca entre empresas na região. Ele representa as complementaridades e as inter-relações de natureza horizontal que se estabelecem entre os diferentes atores (empresas, organismos de pesquisa) (Camagni, 1991, Maillat et Perrin, 1992; Maillat, Crevoisier e Lecoq, 1994). Ele permite ainda distinguir os sistemas territoriais de produção nos quais existe uma dinâmica de interação de sistemas em que não aparece complementaridade ou interdependência entre os atores.

A tipologia é construída colocando-se, de um lado, a presença ou ausência de

relações de trocas intervindo na região e, de outro lado, a presença ou ausência de integração interna (na empresa) na cadeia de valor agregado da região. Obtemos quatro diferentes tipos de sistemas territoriais de produção (figura 1).

Situação A: ausência de integração e de territorialização. O caso corresponde aos sistemas nos quais as empresas agem de maneira independente, ou seja, sem tecer os elos entre si, na região. Não há relações entre firmas. Diz respeito tipicamente a sucursais de grandes empresas fordistas implantadas numa região e dependentes de uma hierarquia situada no exterior da região ou, então, de pequenas empresas isoladas. Esse tipo de organização não favorece o desenvolvimento endógeno porque não engendra processos de aprendizagem coletiva na região, não desenvolvendo os recursos específicos do território. O território não é senão o suporte das atividades, desempenhando um papel passivo (Crevoisier, 1996).

Situação B: presença de integração, ausência de territorialização. Neste caso, uma grande empresa, situada na região, concentra diferentes funções da cadeia de valor agregado, essenciais à sua atividade, sem manter relações importantes com os outros atores presentes na região. Tudo é produzido pela empresa, desde a concepção ao condicionamento. Todas as funções são internalizadas, não existe complementaridade com outros atores. Uma dada empresa impõe-se ao território e à região. Ela exerce uma forma de poder sobre a região e desta maneira a transforma no seu projeto, excluindo, se possível, os concorrentes e desenvolvendo ela mesma, as atividades que lhes são úteis (centro de formação, especialmente locais de lazer). Trata-se de caso típico de empresas introvertidas ou paternalistas. Se bem que tais empresas podem estar ligadas (freqüentemente por razões históricas) à região, seu deslocamento ou seu desaparecimento não está excluído, tanto no caso de a região não oferecer mais vantagens suficientes, como no caso de um mau gerenciamento da empresa. Esse tipo de sistema de produção não será favorável ao desenvolvimento endógeno da região caso ela seja muito ligada ao destino dessa empresa.

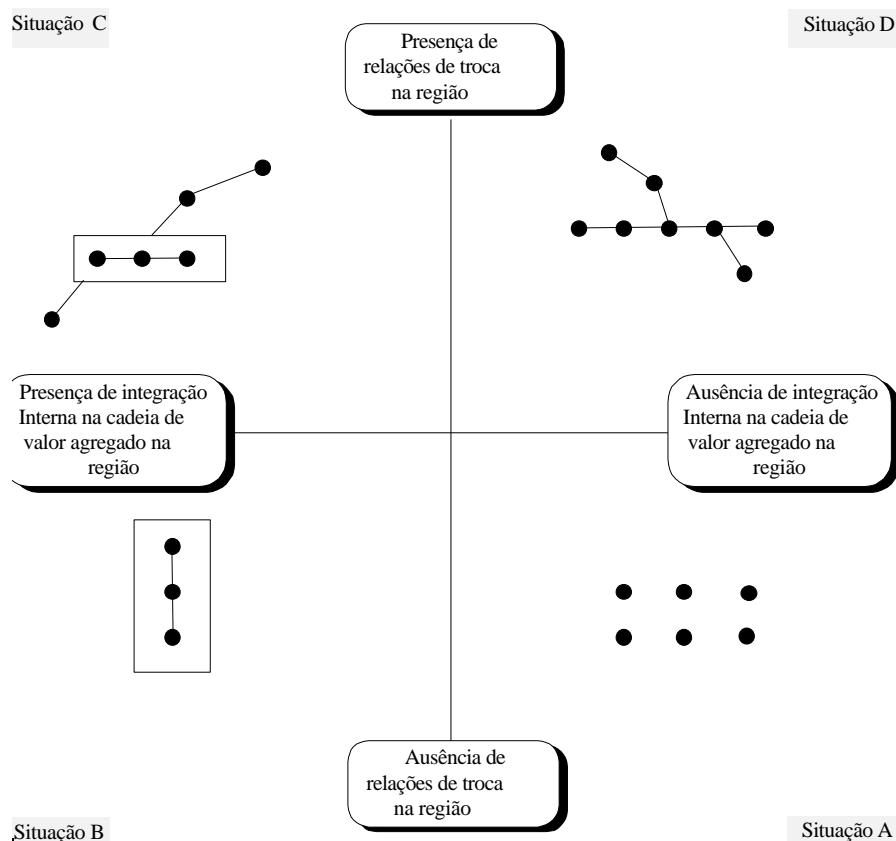
Situação C: presença de integração com

territorialização. Trata-se de um sistema territorial de produção em que figura uma empresa dominante que lidera o conjunto da cadeia de valor agregado, mas que mantém relações com outros atores da região. Pela externalização de certas atividades, uma dada empresa suscita interdependências e manifesta sua inserção no território. Os efeitos desse tipo de organização, em termos de desenvolvimento, dependem fortemente da natureza de relações ligando a empresa e seus parceiros, ou melhor dizendo, da presença ou ausência do efeito meio. A presença deste significa que a empresa e seus parceiros cooperam e geram complementaridade (troca de conhecimentos, de competências, de tecnologias). Em suma, os parceiros da grande empresa não dependem dela, frequentemente cooperam também entre si. Ao participar das relações de trocas com outros atores, a grande empresa manifesta sua ancoragem no território. Ela constitui com os outros parceiros, redes de interdependência que obedecem à regras ou aos códigos constituídos pelo meio. Em razão da inserção territorial das empresas que o compõem, o

sistema coloca em marcha processos de desenvolvimento endógeno.

Situação D: ausência de integração com territorialização. Esse caso corresponde aos sistemas territoriais de produção compostos de pequenas empresas independentes e especializadas, pertencendo a uma "filière" ou a uma parte da "filière" de produção, que mantém numerosas relações. Em tal sistema, as interações entre os diferentes atores são reguladas. Não existe ator dominante integrando os diferentes estágios da cadeia de valor agregado. São mecanismos de concorrência-cooperação entre os atores complementares que asseguram a coerência do conjunto e é o meio que organiza o sistema. Esse tipo de sistema tira suas forças das complementaridades existentes entre as empresas, mas pode ser entravada no seu desenvolvimento, em função de lacunas na cadeia de valor agregado (falta de relações com o mercado, lacunas no nível da pesquisa). Esse sistema territorial de produção apresenta pois, uma autonomia relativa, mas dispõe, ao menos, de capacidades endógenas de desenvolvimento.

Figura 1: Tipologia dos sistemas territoriais de produção



INTERAÇÕES

Evolução dos sistemas territoriais de produção

A tipologia da figura 1 apresenta quatro tipos de sistemas territoriais de produção. Os sistemas se articulam, como temos observado, em torno de duas lógicas, uma funcional e outra territorial. As empresas que funcionam segundo a lógica funcional (caso A e B) são organizadas de modo hierárquico, vertical (tudo se decide no nível de uma direção central). Nesses sistemas, as empresas mantêm relações com o exterior, mas no nível local, elas tecem pouco ou então não tecem relações com os outros atores. De fato, a lógica funcional prima sobre a lógica territorial. Não existe complementaridade entre as empresas, e os recursos específicos não são ativados. A capacidade de desenvolvimento vem do exterior do sistema (desenvolvimento exógeno).

Em troca, os sistemas territoriais de produção que privilegiam os tipos C e D funcionam principalmente segundo a lógica territorial. Com efeito, as empresas têm uma ligação forte com o território. Elas são organizadas em rede e estabelecem entre elas relações do tipo horizontal. O meio constitui o princípio organizador do sistema (Maillat, 1994 e 1998). Existem numerosas cooperações em parceria. O sistema funciona graças a uma multiplicidade de atores complementares e interdependentes movidos por mecanismos endógenos de desenvolvimento. Os sistemas são muito mais autônomos que os dois precedentes, pois as empresas estão ancoradas no território. É, portanto, a partir da lógica territorial que os laços ou as redes são criadas com o exterior e que a inserção na globalização manifesta-se.

Não se pode, entretanto, considerar a posição dos diferentes sistemas de produção de maneira estática. Os sistemas acionados por uma lógica territorial podem passar a uma lógica funcional e inversamente.

Tomemos alguns exemplos. As sucursais das grandes empresas do caso A não são, evidentemente, territorializadas, uma vez que não mantêm relações com outras empresas da região. Entretanto, as circunstâncias podem mudar e algumas grandes empresas à procura de novas competências ou de novas sinergias podem ser levadas a impulsionar

suas sucursais a tecer relações do tipo horizontal. Passamos então do caso A ao caso B.

Do mesmo modo, uma grande empresa, correspondente ao caso B, pode se interessar por externalizar algumas de suas atividades e estabelecer relações com outras empresas da região. Desse modo, sustenta-se pela externalização de atividades, ao mesmo tempo em que a criação de "spin-off" permite reduzir os riscos relacionados ao deslocamento. Mesmo assim, para que os parceiros escapem ao empreendimento da grande empresa, é necessário que o meio se desenvolva. Passamos, assim, do caso B para o caso C.

Se a grande firma do caso C, parcialmente integrada verticalmente, integra-se com vantagens, tanto pela aquisição de seus concorrentes, como pela absorção ou desaparecimento de seus sub-contratados, passamos ao caso B. O efeito meio corre o risco de desaparecer levando a região novamente a uma situação de dependência em relação à grande empresa que, de um dia para o outro, poderá se deslocar para outro local. Trata-se, portanto, de evitar que a grande empresa não lidere sozinha todas as funções da cadeia de valor agregado.

No caso D, o sistema dispõe de uma organização do tipo meio. Entretanto, em razão do porte das empresas, as ligações com os mercados são freqüentemente deficientes. A evolução desejável para esse tipo de sistema territorial de produção é a passagem para uma situação intermediária entre C e D, em que, graças a algumas outras empresas, as conexões com os mercados são melhor asseguradas.

Evidentemente que essas evoluções não se operam automaticamente. Em certos casos, é possível pilotá-las. Tudo depende da capacidade de ação dos atores regionais e de aprendizagens que eles realizaram ou que eles são capazes de adquirir (Maillat e Kébir, 2001). É aqui que intervém o meio.

Meio e capacidade de desenvolvimento dos sistemas territoriais de produção

Os sistemas territoriais de produção animados pelo meio, e freqüentemente constituídos de PME, são particularmente bem integrados na globalização, em função de certas características de organização: interação entre os atores e dinâmica de aprendi-

zagem. Os sistemas são capazes de colocar em marcha uma dinâmica endógena de desenvolvimento mantendo assim mesmo sua coesão (Becattini, 1990; Courlet, 1989; Garofoli, 1992; Planque, 1985; Tödtling, 1994; Maillat, Quévit et Senn, 1993; De Bernardy, 1996). Este sistema é assegurado pelas regras, códigos e rotinas. É a isto que corresponde o meio: um conjunto territorializado regido por normas, regras e valores, que são, ao mesmo tempo, modalidades guiando os comportamentos dos atores e as relações mantidas entre si (Maillat, 1994). De fato, o meio envolve cinco aspectos :

- um conjunto espacial, portanto um espaço geográfico, que não tem fronteiras no sentido específico, mas que apresenta uma certa unidade, traduzida por comportamentos identificáveis e específicos;
- um coletivo de atores (empresas, instituições de pesquisa e de formação, poderes públicos locais, indivíduos qualificados) que devem gozar de relativa independência de decisão e de autonomia na formulação de suas escolhas estratégicas;
- elementos materiais específicos (empresas, infra-estruturas), e também elementos imateriais (competências, regras) e institucionais;
- uma lógica de organização (capacidade de cooperar) que visa utilizar da melhor maneira os recursos criados em comum pelos atores abertos para relacionamentos entre si e interdependentes;
- uma lógica de aprendizagem (capacidade de mudança) que revela a capacidade dos atores de modificar seu comportamento em função das transformações do meio tecnológico e do mercado (Maillat, 1994).

Os sistemas territoriais de produção animados por um meio constituem assim arquétipo, uma forma de organização produtiva territorial «ideal» que permite às redes de empresa, notadamente de PME, inserirem-se no contexto global a partir de uma base local e de processos endógenos de desenvolvimento. Além do mais, esses sistemas, quando capazes de inovar, podem evoluir em função das mudanças, influenciando seu meio institucional, técnico e de mercado. Naturalmente, nem todas as regiões dispõem de sistemas territoriais de produção animados pelos meios inovadores.

Meios inovadores e redes de inovação

Na problemática da competição global, a capacidade de inovação e a capacidade de gerar conhecimentos e competências suscetíveis de fazer evoluir o sistema territorial de produção são essenciais. Trata-se, portanto, de dar atenção ao processo de inovação e não simplesmente à organização dos recursos produtivos.

Na nossa perspectiva, a inovação é considerada um processo de integração de elementos que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do processo do sistema territorial de produção. Quanto ao meio inovador, ele é a organização territorial onde nascem os processos de inovação. Podemos, desde já, definir o meio inovador como um conjunto territorial no qual as interações entre os agentes econômicos desenvolvem-se não só pela aprendizagem que fazem das transações multilaterais as geradoras de externalidades específicas à inovação, como pela convergência das aprendizagens para formas cada vez mais aperfeiçoadas de gestão em comum dos recursos (Maillat, 1994). O meio inovador caracteriza-se pois, pela integração de dinâmicas endógenas e de mudanças provenientes do exterior.

É preciso acrescentar que a dimensão organizacional que caracteriza o processo de inovação num meio manifesta-se pela constituição de redes de inovação (Maillat, Quévit, Senn, 1993).

A rede de inovação participa da idéia que o processo de inovação tem um caráter multifuncional que pressupõe, a partir da ação conjugada de vários atores, uma articulação complexa e não linear de competências específicas e de processo de aquisição de conhecimentos, ao longo de uma cadeia de produção. A rede de inovação constitui assim uma dimensão organizacional necessária para a complexidade da deflagração da inovação. Em razão de suas características, a noção de rede de inovação é inseparável daquela do meio inovador.

O meio inovador participa da constituição de redes de inovação e intervém no seu dinamismo. Ele é, de fato, o contexto apropriado à sua formação, ao seu desenvolvimento e à sua difusão. Reciprocamente, as redes de inovação enriquecem o meio, contribuindo para acrescentar as capacidades criadoras deste meio (Maillat, 1994).

Conclusão

Neste artigo, mostramos que existem diferentes tipos de sistemas territoriais de produção. Sua capacidade de fazer frente ao processo de globalização é determinado pelas vantagens competitivas com as quais podem contar. Parece que os sistemas são acionados por uma lógica territorial e por um meio, que atribuem à região maiores possibilidades de ação e que lhe permitem manter processos endógenos de desenvolvimento. De fato, esses sistemas dispõem de uma parte dos recursos específicos permitindo-lhes diferenciar-se dos outros sistemas e, por outro lado, de uma capacidade de regulação interna sobre a qual é possível agir dentro do quadro de uma política de desenvolvimento.

Mas, a natureza da organização de um sistema territorial de produção não se decreta. Resulta de processos de aprendizagem que evoluem com o tempo. Um sistema territorial de produção, desse modo, não é estável. As lógicas funcionais e territoriais agem, às vezes, no sentido do reforço de sua coerência, às vezes no sentido da desarticulação. A análise dessas duas dimensões permitem, assim, às autoridades regionais identificar pistas sobre as quais se deseja praticar uma política endógena de desenvolvimento. Os objetivos de uma tal política seriam os de atribuir ao tecido econômico regional propriedades necessárias para um desenvolvimento autônomo, pelo reforço das cadeias de valor agregado, ou o do desenvolvimento das relações entre atores. Entretanto, para ser eficaz, essa política deve ser conduzida por parcerias com os atores do sistema, uma vez que as modalidades de intervenção são dependentes da natureza dos sistemas territoriais de produção.

Texto traduzido por Cleonice Alexandre Le Bourlegat (UCDB).

Referências bibliográficas

BECATTINI, G. The Marshallian Industrial District as a Socio-Economic Notion. In: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (ed.). *Industrial Districts and Inter-firms Cooperation in Italy*. Genève: Bureau international du travail, 1990.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (ed.). *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

CAMAGNI, R. *Innovation Networks*. London: GREMI, Belhaven Press, 1991.

CASTELLS, M. The information economy and the new international division of labour. In: CARNOY, M. et al. (ed.), *The New Global Economy in the Information Age*. PA, University Park, 1993.

COLLETIS, G.; COURLET, C.; PECQUEUR, B. *Les systèmes industriels localisés en Europe*. Grenoble: IREPD Publications, 1990.

COURLET, C. Continuité et reproductibilité des systèmes productifs territoriaux italiens. *Revue Internationale PME*, v. 2, n. 2.3, p. 287-301, 1989.

CREVOISIER, O. Développement économique régional et management territorial: grille d'analyse. In: DECOUTÈRE, S.; RUEGG, J.; JOYE, D. (ed.). *Le management territorial*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, 1996.

CREVOISIER, O.; MAILLAT, D. Milieu, organisation et système de production territorial: vers une nouvelle théorie du développement spatial. *Dossier de l'IRER 24*, Neuchâtel, 1989.

DE BERNARDY, M. *La technopole, une certaine idée de la ville: enquête sur d'étranges attracteurs urbains*. Paris: L'Harmattan, 1996.

GAROFOLI, G. Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (ed.). *Les régions qui gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

GILLY, J. P. Espace productifs locaux, politique d'emploi des firmes et transformations du rapport salarial. In: FOURCADE, C. (ed.). *Industrie et régions*. Paris: Economica, 1987, p. 45-53.

HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.

KIYONARI, T. The global and the local, présenté dans le cadre de la conférence *Développement local et le changement structurel: une nouvelle perspective d'ajustement et de réforme*. Paris: OCDE, 1995.

JOHANSSON, B.; KARLSSON, C.; STOUGH, R. R. (ed.). *Theories of Endogenous Regional Growth, Lessons for Regional Policies*, p. 255-277.

MAILLAT, D. Comportements spatiaux et milieux innovateurs. In: AURAY, J.-P. et al. (ed.). *Encyclopédie d'économie spatiale. Concepts - comportements - organisations*. Paris: Economica, 1994, p. 255-262.

_____. *PME, innovation et développement territorial*. Dossier de l'IRER n. 18, Neuchâtel, IRER, 1998.

_____. From the Industrial District to the Innovative Milieu: Contribution to an Analysis of Territorialized Productive Organisations. *Recherches Economiques de Louvain*, v. 64, p. 111-129, 1998.

MAILLAT, D.; PERRIN, J.-C. *Entreprises innovatrices et développement territorial*. Neuchâtel: GREMI, EDES, 1992.

MAILLAT, D.; QUÉVIT, M.; SENN, L. (ed.). *Réseaux d'innovation et milieux innovateurs: un pari pour le développement régional*. Neuchâtel: GREMI, EDES, 1993.

- MAILLAT, D.; CREVOISIER, O.; LECOQ, B. Innovation Networks and Territorial Dynamics: A Tentative Typology. In: JOHANSSON, B.; KARLSSON, C.; WESTIN, L. (ed.). *Patterns of a Network Economy*. Berlin: Springer Verlag, 1994, p. 33-52.
- MAILLAT, D.; KEBIR, L. Learning Region and Territorial Production Systems. In: O'BRIEN, R. (1992). *Global financial integration: the end of geography*. London: The Royal Institute of International Affairs, 2001.
- OCDE. *Développement territorial et changement structurel*. Paris: OCDE, 1993.
- _____. *Economies locales et globalisation*. Paris: OCDE, 1995.
- OHMAE, K. *De l'Etat-nation aux Etats-régions*. Paris: Dunod, 1996.
- PERRIN, J.-C. *La reconversion du Bassin d'Alès*. Aix-en-Provence: CER, 1983.
- PIORE, M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.
- PLANQUE, B. Le développement par les activités à haute technologie et ses répercussions spatiales: L'exemple de la Silicon Valley. *Revue d'économie régionale et urbaine*, n. 5, p. 911-941, 1985.
- PORTER, M. *L'avantage concurrentiel des nations*. Paris: InterEditions, 1993.
- RALLET, A. De la globalisation à la proximité géographique: pour un programme de recherches. In: GILLY, J. P.; TORRE, A. (ed.). *Dynamiques de proximité*, Paris, L'Harmattan, p. 37-57, 2000.
- REICH, R. *L'économie mondialisée*. Paris: Dunod, 1991.
- SCOTT, A. High Technology and Territorial Development: the Rise of the Orange County Complex. *Urban Geography*, n. 7, p. 3-45, 1986.
- STORPER, M. The Limits to Globalization: Technology Districts and International Trade. *Economic Geography*, v. 68, n. 1, p. 60-92, 1992.
- THEPAUT, Y.; LE GOFF, R. Concurrence informationnelle et territoires, présenté dans le XXXVI^e colloque de l'Association de Science Régionale de Langue Française. Crans-Montana, Crans-Montana, 8 sep. 2000.
- TÖDTLING, F. Regional Networks of High-Technology Firms: the case of the Greater Boston Region. *Technovation*, v. 14, n. 5, p. 323-343, 1994.
- VELTZ, P. *Mondialisation villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.